

Alternativas Praticamente Utilitaristas

Table of Contents

1. Introdução
2. Além do Bem-Estarismo
 - Valor Ambiental
 - Valor Estético
 - Igualitarismo e Justiça Distributiva
3. Além da Consideração Igual de Interesses
 - Prioritarismo
 - Visões Ajustadas ao Mérito
 - Egoísmo e Parcialismo
4. Além do Consequencialismo
5. Conclusão
6. Recursos e Leituras Adicionais

Introdução

O consequencialismo mantém que *promover bons efeitos* é o que importa, moralmente falando. O utilitarismo é uma forma particular de consequencialismo agregativo, uma que é *bem-estarista* e *imparcial*: considerando o bem-estar como o único valor intrínseco e atribuindo peso igual ao bem-estar de todos. Outras visões consequencialistas podem pesar os interesses de pessoas diferentes de modos diferentes ou considerar coisas a mais (além de apenas o bem-estar) como intrinsecamente boas. Apesar dessas diferenças teóricas, tais visões podem ser consideradas primas próximas do utilitarismo. Elas tendem a ser motivadas por argumentos semelhantes, estão sujeitas a objeções semelhantes e têm implicações práticas amplamente semelhantes.

Este capítulo inspeciona uma gama dessas teorias consequencialistas relacionadas, tendo em vista avaliar (i) por que alguns poderiam preferi-las ao utilitarismo puro e simples e (ii) em que medida as suas implicações práticas coincidem com as do utilitarismo. Encerramos considerando se até algumas teorias não consequencialistas poderiam acabar correspondendo estreitamente ao utilitarismo na prática. Achamos que adicionar restrições deônticas pouca diferença prática faz. No

entanto, afastamentos consideráveis das recomendações utilitaristas são prováveis a partir de teorias que rejeitam a *agregação* moral.

Além do Bem-Estarismo

A maioria das pessoas concordariam que o bem-estar é um valor importante. Sofrimento é ruim, enquanto que felicidade e florescimento humano são bons. Mas será o bem-estar, como afirma o utilitarismo, o *único valor intrínseco*? Isso parece mais questionável. Há espaço para pessoas razoáveis julgarem que outras coisas importam além de apenas o bem-estar. Esta seção explora exemplos possíveis de outros bens candidatos: o valor ambiental, o valor estético e a justiça distributiva.

Valor Ambiental

Há um debate intenso na ética ambiental sobre se a natureza não senciente — por exemplo, plantas, espécies e ecossistemas inteiros — tem valor intrínseco ou meramente instrumental. Isso é difícil de resolver, visto que as nossas intuições nos puxam para diferentes direções.

Por um lado, muitos acham intuitivos vários princípios bem-estaristas, como a afirmação de que quão bom um resultado é depende inteiramente do bem-estar dos indivíduos que existem nesse resultado; ou o de que nada pode ser bom se não houver ninguém que exista para vivenciar ou se importar com a dada coisa.

Por outro lado, podemos ser atraídos por certos juízos que parecem atribuir valor intrínseco à natureza. Por exemplo, imagine que algum desastre tenha aniquilado todos os seres sencientes (incluindo todos os animais), exceto uma única pessoa. Enquanto essa pessoa está no leito de morte, ela passa os olhos sobre uma gloriosa paisagem e encara a escolha sobre ativar ou não um dispositivo apocalíptico que causaria a explosão do planeta, destruindo toda a vida vegetal (não senciente) remanescente.¹ Ainda que estipulemos que, de alguma forma, não há chance alguma de a vida senciente evoluir novamente na Terra, podemos ainda julgar errado aniquilar a vida vegetal (não senciente) remanescente por nenhuma boa razão. Mas ela não tem (por estipulação) nenhum valor instrumental a mais para os seres sencientes, de modo que qualquer valor remanescente que ela possuir deve ser intrínseco.

Os utilitaristas poderiam adaptar a sua [resposta paradigmática aos contraexemplos](#) mostrando como podem acomodar uma intuição estreitamente relacionada. Devem eles insistir que nesse cenário esquisito (com todas as suas estipulações) seria tecnicamente inócuo, e assim permissível, explodir o planeta. Mas podem endossar o nosso juízo de que haveria algo de errado com o caráter de um agente que quisesse explodir o mundo assim. O agente parece perturbadoramente frio e pode ser o tipo de pessoa que *em circunstâncias mais corriqueiras* arriscaria um dano significativo por ser insuficientemente respeitoso aos ecossistemas naturais (de extremo valor instrumental).

Qualquer pessoa insatisfeita com essa resposta pode antes preferir acrescentar o valor ambiental à sua teoria moral, gerando uma forma pluralista (em vez de bem-estarista) de consequencialismo.

Alguns ambientalistas radicais podem considerar os valores ambientais como algo que prevalece sobre o bem-estar de todas as vidas sencientes, tanto humanas quanto não humanas.² Mas a maioria das pessoas acharia essa posição extrema demais e antes atribuiria mais peso ao bem-estar. Essa forma mais moderada de pluralismo, logo, em grande parte coincidiria com o utilitarismo nas suas recomendações práticas, exceto no que afirma que pequenas perdas em bem-estar podem ser compensadas por grandes ganhos em valores ambientais. Por exemplo, embora florestas possam ser de valor, o pluralista moderado concordaria que no caso de um incêndio florestal devemos sempre salvar as pessoas antes das árvores.³

Valor Estético

O bem-estarismo pode ser desafiado de um modo diferente ao considerarmos as nossas atitudes para com objetos de beleza. Considere o temor que você sente ao observar uma magnífica queda d'água ou ao ponderar a imensidão do universo. Parece *adequado*, ou genuinamente apropriado, apreciar diretamente essas coisas e outros objetos de beleza — arte, música, maravilhas naturais, etc., de grandeza. “Apreciação direta” aqui é uma forma de valoração não instrumental, reconhecivelmente distinta da mera consideração de algo como instrumentalmente *útil*. Mas tal valoração não instrumental só pode ser verdadeiramente justificada por objetos que sejam *valoráveis* não instrumentalmente.

Os bem-estaristas, assim, parecem encarar um dilema: ou bem eles negam que tais respostas, em aparência, eminentemente apropriadas sejam *de fato* apropriadas, ou então admitem que coisas além do bem-estar tenham valor intrínseco.

Uma resposta bem-estarista tentadora seria insistir que é na realidade a nossa *experiência estética apreciativa* que é de valor, em vez de um objeto como uma queda d'água em si. Como apoio a essa visão, parece correto que o valor estaria ausente em um universo com nenhum observador consciente para apreciar as quedas d'água nele contidas. Mas, por outro lado, parece que o *objeto* apropriado das nossas atitudes valorativas (isto é, aquilo pelo qual sentimos temor e apropriadamente consideramos *como valorável*) é a queda d'água *em si* em vez de apenas a nossa *experiência* dela.⁴

Podem esses dois veredictos ser reconciliados? Uma possibilidade — para aqueles que aceitam [uma teoria da lista objetiva do bem-estar](#) — seria manter que a queda d'água em si é valorável, mas somente quando é percebida e apreciada, e que pode daí constituir um bem de bem-estar para o sujeito percebendo-a. Essa é uma maneira de acomodar o valor estético sem abandonar o bem-estarismo. Um não bem-estarista poderia, ao invés disso, afirmar que a queda d'água tem valor *independentemente da sua contribuição ao bem-estar de quem quer que seja*, ao mesmo tempo que

insiste, não obstante, que esse valor só é realizado quando é percebido e apreciado por um ser consciente.

Em última análise, não está claro se o valor estético requer que abandonemos o bem-estarismo. De um jeito ou de outro, embora esses detalhes possam ser de interesse teórico, eles não parecem dados a gerar divergências significativas com relação ao utilitarismo na prática (a não ser que coloquemos um peso implausivelmente extremo no valor estético em comparação com prioridades bem-estaristas como aliviar o sofrimento e salvar vidas).

Igualitarismo e Justiça Distributiva

O igualitarismo é a visão de que a desigualdade é ruim *em si mesma*, independentemente de quaisquer efeitos instrumentais que possa ter no bem-estar das pessoas.

Os utilitaristas tendem a favorecer a igualdade inteiramente por razões instrumentais — ou seja, porque resultados mais iguais tendem a melhor promover o bem-estar globalmente falando. Devido ao valor marginal decrescente do dinheiro, por exemplo, um dólar extra faz uma diferença muito maior para um sem-teto do que para um bilionário.

Os igualitaristas acham que essa apreciação meramente instrumental da igualdade não vai longe o bastante. Por exemplo, eles podem preferir um mundo em que todos ganham cinquenta anos de vida feliz a uma alternativa em que uma média de sessenta anos de vida feliz é alcançada por 75% da população viverem feliz até 70 anos de idade enquanto que 25% morrem cedo com 30 anos de idade. Embora esse resultado desigual contenha (podemos supor) mais bem-estar no total, os igualitaristas podem, não obstante, considerá-lo como pior devido ao desvalor da desigualdade.

Observe que há dois modos de remediar a desigualdade: podemos melhorar a sorte daqueles em pior situação ou podemos *piorar* a sorte daqueles em melhor situação, para reduzir todos ao mesmo nível. A primeira rota é obviamente melhor com base em princípios de bem-estar. Mas, segundo o igualitarismo, qualquer uma das rotas conta igualmente como um “melhoramento” no tocante ao valor da igualdade. Segundo a *Objeção do Nivelamento por Baixo* ao igualitarismo, conta contra a visão o fato de que ela implica que há *algo* de bom em prejudicarmos aqueles em melhor situação enquanto não ajudamos ninguém.⁵ Os bem-estaristas antes creem que tais danos de mão única são *inteiramente* ruins.⁶

O artigo sobre a [Objeção da Igualdade ao Utilitarismo](#) discute de modo mais aprofundado sobre a intuição de que a igualdade em distribuições importa intrinsecamente e como os utilitaristas podem responder. Por ora, podemos observar que deveríamos esperar bastante acordo prático entre visões utilitaristas e igualitárias (presumindo que estas apropriadamente se importem não meramente com a [desigualdade local, mas também global](#), assim como a desigualdade [interespecies](#) e a desigualdade [intertemporal](#)).

Além da Consideração Igual de Interesses

Podemos aceitar o bem-estarismo enquanto, não obstante, rejeitamos o utilitarismo devido a atribuímos mais peso aos interesses ou bem-estar de alguns indivíduos do que de outros. Esta seção explora quatro visões tais: o *prioritarismo*, as *visões ajustadas ao mérito*, o *egoísmo* e o *parcialismo*.

Prioritarismo

Segundo o prioritarismo, “quanto pior for a situação das pessoas, mais importante será beneficiá-las”.⁷ Como o igualitarismo, o prioritarismo implica que é melhor prover um benefício de tamanho fixo — por exemplo, um aumento extra de felicidade — para aqueles em pior do que para aqueles em melhor situação. Mas ao passo que o igualitarismo implica que há *algo* de bom em “nivelar por baixo”, ou reduzir a desigualdade pura e simplesmente por meio de prejudicar aqueles em melhor situação, o prioritarismo (como o utilitarismo) evita afirmar que há alguma coisa de bom em prejudicar certas pessoas na ausência de benefícios compensatórios para outras.

Essa é uma diferença teórica sutil, porém importante. Os igualitaristas valorizam a *igualdade* em si, a qual poderia ser promovida *reduzindo-se* o bem-estar. Os prioritaristas mantêm o bem-estarismo, valorizando somente o *bem-estar*, ao passo que divergem do utilitarismo antes pondo *peso extra* nos interesses daqueles em pior situação.

O prioritarismo pode assim parecer uma agradável concessão entre as intuições igualitárias e princípios teóricos. Porém, ele dá vida a enigmas teóricos próprios.⁸ Para expor isso, recorde-se de como os utilitaristas acomodam as nossas intuições igualitaristas apelando ao *valor marginal decrescente* dos recursos: quanto mais você tem, menor a diferença que uma unidade a mais tende a fazer.

Estranhamente, o prioritarismo trata o próprio valor do bem-estar como tendo valor marginal decrescente. Suponha que Joana tenha a escolha de prover a si mesma ou um pequeno benefício num momento em que está mal na vida, ou um maior benefício quando está bem na vida. Por definição, a última opção a beneficia mais. Mas o prioritarismo implica que a primeira opção pode ser “mais importante”.⁹ Isto é, *considerando-se somente o bem-estar dessa pessoa, poderia ser melhor fazer o que é pior para ela*. Será que isso poderia estar realmente certo?

Os utilitaristas podem concordar que as nossas intuições apoiam o prioritarismo, mas daí buscar dar uma explicação desmistificadora dessas intuições em vez de aceitá-las pelas suas aparências. As evidências experimentais sugerem que a nossa apreciação intuitiva do valor marginal decrescente dos recursos se supergeneraliza quando comparamos diretamente “unidades de bem-estar” com as quais carecemos de uma familiaridade intuitiva.¹⁰ Joshua Greene argumenta que “quando imaginamos possíveis distribuições de [bem-estar] (...) é muito difícil não pensar em distribuições de coisas, em vez de distribuições de qualidade de experiências”.¹¹ Os utilitaristas concordam que

coisas geralmente têm valor marginal decrescente. Se as intuições prioritaristas refletem uma confusa supergeneralização dessa ideia, talvez seja melhor nos atermos ao utilitarismo.

Alternativamente, algumas pessoas poderiam ser atraídas pela visão de que vários bens básicos — como a felicidade — que contribuem diretamente ao bem-estar têm valor marginal decrescente, e daí confundir isso com a afirmação prioritarista. Para garantir a clareza teórica, temos de tomar cuidado para distinguir a ideia prioritarista de que o bem-estar daqueles em pior situação simplesmente *importa* mais da ideia compatível com o utilitarismo de que bens básicos como a felicidade constituiriam *um benefício maior* àqueles em pior situação, fazendo uma diferença maior no seu bem-estar (que, inerentemente, é importante em igual medida). Poderíamos chamar essa nova visão de *utilitarismo dos bens básicos decrescentes*, em contraste com a visão utilitarista tradicional de que bens básicos como a felicidade têm valor constante e não decrescente. Para os utilitaristas dos bens básicos decrescentes, um minuto extra de felicidade poderia ser intrinsecamente *mais benéfico* para alguém que estava sofrendo do que para alguém que já estava bem feliz.¹² Essa visão parece gerar os mesmos veredictos práticos que o prioritarismo, porém sem os custos teóricos.

De qualquer modo, como com o igualitarismo, as diferenças entre o prioritarismo, o utilitarismo dos bens básicos decrescentes e o utilitarismo tradicional são sutis. Essas diferenças serão mais acentuadas em casos em que podemos beneficiar aqueles numa situação extremamente boa a um custo relativamente menor àqueles na pior situação. No entanto, tais casos são raros (visto que os rendimentos decrescentes significam que geralmente é mais fácil aumentar o bem-estar dos que não possuem do que o dos que possuem). Consequentemente, podemos esperar que todas essas visões compartilhem implicações práticas amplamente semelhantes.¹³

Visões Ajustadas ao Mérito

O utilitarismo considera os interesses de todos igualmente. Uma forma alternativa de consequentialismo poderia envolver a consideração apenas de interesses *inocentes* igualmente, ao mesmo tempo que desconsidera os interesses daqueles que são, em algum sentido relevante, menos merecedores.¹⁴ Por exemplo, seria injusto prejudicar uma pessoa para salvar outra de danos que tenham sido gratuitamente autoinfligidos e inteiramente evitáveis.

Muitas pessoas têm intuições *retributivistas*, endossando a punição dos culpados mesmo independentemente de quaisquer benefícios instrumentais que isso possa ter para a dissuasão ou a diminuição da reincidência. Ainda mais pessoas no mínimo pensariam que malfeitores sérios têm *menos direito de reclamar* benefícios dos outros na sociedade. Por exemplo, se você pudesse escolher dar um dia feliz extra a Gandhi ou a Hitler, você provavelmente não acharia que precisa decidir isso no cara ou coroa. (Você até iria preferir, talvez, que Hitler sofresse mesmo.)¹⁵ As visões ajustadas ao mérito acomodam tais intuições tornando o grau em que os interesses de alguém

contam, moralmente falando, proporcionais ao grau em que ele ou ela *merece* se beneficiar (ou talvez sofrer).

É possível que algumas pessoas sejam mais merecedoras da felicidade do que outras?

Intuitivamente falando, é certo que parece que sim. Mas os [céticos quanto ao livre arbítrio e a responsabilidade moral](#) argumentam que isso é uma ilusão, o que inviabilizaria quaisquer semelhantes ajustes ao mérito. Embora esteja além do escopo deste artigo tentarmos nos pronunciar sobre esse debate aqui, vale a pena enfatizar duas ideias, no entanto. Primeiro, *se* mérito genuíno existe, então os consequencialistas podem levar isso em conta de bom grado — apesar de que fazê-lo seria uma divergência com relação ao utilitarismo. E segundo, ainda que acabemos adotando uma visão consequencialista ajustada ao mérito, ela ainda compartilhará as implicações práticas mais importantes do utilitarismo. Afinal, não há nenhuma grande dúvida sobre a inocência dos grupos que mais podemos ajudar, como as gerações futuras, os animais da pecuária industrial¹⁶ e os pobres globais (na sua vasta maioria).

Egoísmo e Parcialismo

Os egoístas afirmam que somente o seu *próprio* bem-estar importa, e conseqüentemente eles deveriam fazer o que for melhor para si mesmos.¹⁷ Embora algumas pessoas afirmem inicialmente achar isso “racional”, poucos filósofos a consideram uma visão defensável diante da reflexão.¹⁸ Na maioria, nós nos preocupamos profundamente pelo menos com *algumas* outras pessoas, como os nossos amigos íntimos e a família e não consideraríamos nem ético, nem racional beneficiar-nos a um custo maior para os nossos entes queridos.

Por exemplo, suponha que um demônio malvado tenha lhe feito a seguinte oferta: mate seus amigos e família, e ele apagará a sua memória do passado (incluindo o ato horrendo) e o colocará numa vida *nova* (com novos amigos e família) na qual você tem garantia de ser bem ligeiramente mais feliz, mais realizado, ou de ter marginalmente mais de [seja lá o que mais você acredita que contribui ao seu bem-estar](#). Seria necessariamente *irracional* recusar? Pior, estará você até mesmo *obrigado* a cometer esses assassinatos? Isso parece ser uma afirmação absurdamente forte e implausível. É certo que você poderia razoavelmente se importar com o bem-estar dos seus amigos e família mais do que com uma melhoria marginal no seu próprio bem-estar. Assassinar os seus entes queridos de modo egoísta por uma ninharia de benefício parece o maior exemplo de erro moral.

Deixemos de lado, então, o egoísmo. Uma visão mais plausível, que poderíamos chamar de *parcialismo*, se situa em algum lugar entre os dois extremos do egoísmo e do utilitarismo imparcial. Segundo o parcialismo, embora tenhamos que levar em conta os interesses de todos em alguma medida, podemos atribuir peso *extra* aos nossos entes mais caros e próximos (nós próprios inclusos).¹⁹

Um desafio importante para o parcialismo é que não é claro o *quanto* de peso extra que a parcialidade permite ou como poderia mesmo haver um fundamento objetivo preciso para resolver a questão. Qualquer resposta particular iria parecer arbitrária.²⁰ Podemos fazer sentido teórico de como todos poderiam ter peso moral igual; mas, se algum grau de parcialidade é intrinsecamente (e não só instrumentalmente) justificado, como é que poderíamos determinar qual grau é justificado?

De qualquer forma, ao menos parece claro que deve haver limites na quantidade de peso extra que a parcialidade permite. Em qualquer pesagem moderada plausível, as [prescrições utilitaristas paradigmáticas para melhorarmos o mundo em geral](#) ainda se aplicarão, dado que doações bem direcionadas podem com frequência fazer *centenas* de vezes mais bem para outros indivíduos distantes do que para nós mesmos e aqueles próximos de nós.²¹

Além do Consequencialismo

Algumas visões não consequencialistas — em particular as visões [antiagregativas](#) nas quais “os números não contam”²² — se colocam radicalmente em discordância com o utilitarismo. Mas muitas outras, ao passo que discordam profundamente sobre o papel teórico das restrições morais, podem, não obstante, ainda coincidir em grande parte com o utilitarismo na prática.

Afinal, duas características principais distinguem do utilitarismo as visões deontológicas paradigmáticas: *opções* de favorecer a si próprio e entes queridos, e *restrições*, como contra a violação de direitos. O conflito entre visões com essas características e o utilitarismo (ou o consequencialismo de modo mais amplo) é frequentemente exagerado. Quanto a opções morais, a seção sobre o parcialismo acima destacou que qualquer grau plausivelmente moderado de parcialidade não seria o suficiente para suplantar o imenso bem que podemos fazer pelos outros em decisões em que há muito em jogo. O utilitarismo também pode endossar [algumas práticas parciais](#), como a paternidade e a maternidade, como conducentes ao bem geral. E quanto às [restrições morais](#), os utilitaristas, de todo o coração, [abraçam o respeito aos direitos na prática](#), vendo-os como instrumentalmente justificados pela sua tendência a promover melhores resultados sociais.

Qualquer visão plausível deve aceitar que reduzir sofrimento e promover bem-estar possam ser objetivos morais importantes. Seria extremamente implausível negar isso completamente.²³ Mas isso significa que — em *qualquer* visão plausível — teremos razões morais fortes para reduzir sofrimento e promover bem-estar sempre que pudermos fazê-lo sem que isso conflite com outros objetivos ou exigências morais importantes (como respeitar os direitos dos outros).

Na prática, os modos mais eficazes de melhorar o mundo não requerem a violação dos direitos dos outros. Logo, parece que quase qualquer visão plausível que endosse a agregação deveria acabar concordando em grande parte com o utilitarismo sobre [o que importa na prática](#): a saber, buscarmos modos eficazes de melhorar vastamente o mundo²⁴ enquanto nos comportamos com credibilidade, promovemos a coordenação social e respeitamos as restrições morais.

Conclusão

Há várias maneiras de rejeitarmos aspectos do utilitarismo enquanto permanecemos de acordo com o teor geral da teoria (ao menos na prática). Primeiro, poderíamos acrescentar outros valores à mistura, contanto que não sejam levados a extremos tais que dominem completamente a importância do bem-estar das criaturas sencientes. Segundo, poderíamos rejeitar a consideração igual de interesses, atribuindo peso extra àqueles em pior situação, àqueles mais merecedores ou àqueles relativamente aos quais somos mais parciais. Mas, novamente, contanto que tais pesagens não sejam levadas a extremos implausíveis (como no egoísmo estrito), continuará em vigor o imperativo moral de buscar melhoramentos eficazes ao mundo. Finalmente, poderíamos até rejeitar o consequencialismo e aceitar restrições morais fundamentais sobre a nossa busca pelo bem. Mas muitos não consequencialistas desse tipo ainda podem aceitar que o bem continue sendo digno de busca, no entanto (contanto que essa busca não exija a violação de restrições morais importantes), e muitos utilitaristas provavelmente aprovam as suas restrições propostas na prática.

Claro, há modos de rejeitar o utilitarismo completamente. Poderíamos abraçar o egoísmo e negar que os outros importem, de modo algum; ou poderíamos rejeitar a agregação e insistir que ajudar milhões não é em nada mais intrinsecamente importante que ajudar um só (ou que ajudar milhões, cada um um pouco, não possa se comparar à importância moral de ajudar uma pessoa muito). Qualquer um atraído por essas visões não é dado a simpatizar com o utilitarismo ou as suas recomendações práticas.

Mas essas formam uma gama bem estreita de visões. Em contraste, é digno de nota — e, para muitos leitores, possivelmente bastante surpreendente — que ampla gama de abordagens teóricas podem formar de bom grado um consenso coincidente sobre a importância prática de [promovermos o bem de um modo eficaz](#). Pelo menos quando se trata de ética prática, podemos estar escalando a mesma montanha de lados diferentes.

O próximo capítulo discute sobre várias das mais importantes objeções ao utilitarismo e respostas a essas objeções.

Next Chapter: [Objeções ao Utilitarismo e Respostas](#)

Como Citar esta Página

Chappell, R.Y. and Meissner, D. (2023). Alternativas Praticamente Utilitaristas. In R.Y. Chappell, D. Meissner e W. MacAskill (eds.), *An Introduction to Utilitarianism*,

Recursos e Leituras Adicionais

Além do Bem-Estarismo

- Richard Routley (1973). [Is there a need for a new, an environmental, ethic?](#). *Proceedings of the XVth World Congress of Philosophy*, 1: 205–210.
- Elizabeth Anderson (1999). [What is the Point of Equality?](#) *Ethics* 109 (2): 287–337.
- Derek Parfit (1997). [Equality and Priority](#). *Ratio*, 10 (3): 202–221.

Prioritarismo

- Derek Parfit (1997). [Equality and Priority](#). *Ratio*, 10(3): 202–221.
- Johan E. Gustafsson (2021). [Ex-Ante Prioritarianism Violates Sequential Ex Ante Pareto](#). *Utilitas*, 1–11.
- Joshua Greene & Jonathan Baron (2001). [Intuitions about Declining Marginal Utility](#). *Journal of Behavioral Decision Making*, 14: 243–55.

Visões Ajustadas ao Mérito

- Fred Feldman (1995). [Adjusting utility for justice: A consequentialist reply to the objection from justice](#). *Philosophy and Phenomenological Research*, 55(3): 567–585.

Egoísmo e Parcialismo

- Simon Keller (2013). *Partiality*. Princeton University Press.
- Derek Parfit (1984). Part Two: Rationality and Time, [Reasons and Persons](#). Clarendon Press.
- Andreas Mogensen (2019). [The only ethical argument for positive \$\delta\$?](#). por vir em *Philosophical Studies*.
- Troy Jollimore (2018). [Impartiality](#). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (ed.).
- Robert Goodin (1988). [What is so special about our fellow countrymen?](#) *Ethics* 98(4): 663–686.

Além do Consequencialismo

- John Taurek (1977). [Should the numbers count?](#). *Philosophy and Public Affairs*, 6(4): 293–316.
- David Ross (1930). *The Right and the Good*. Clarendon Press.

- Elizabeth Ashford (2003) [The Demandingness of Scanlon's Contractualism](#). *Ethics* 113(2): 273–302.
-

1. Isso é uma variação do famoso experimento mental “O Último Homem” de Richard Routley. Veja Routley, R. (1973). [Is there a need for a new, an environmental ethic?](#) *Proceedings of the XVth World Congress of Philosophy*, 1: 205–210. ↩
2. Alguns afirmam que a humanidade é, no cômputo geral, nociva para o mundo, de modo que deveríamos desejar a extinção humana. Mas é importante observar que isso não decorre realmente: pois ainda que a humanidade tenha *até a atualidade* imposto imensos custos ao ambiente natural, pode bem ser que as gerações *futuras* da humanidade sejam a melhor esperança para desfazer esse dano. A extinção da humanidade no curto prazo poderia então ser o pior resultado possível: todo o nosso dano passado está feito, mas nada do nosso futuro potencial para remediá-lo poderia então ser realizado. Se isso está correto, até os ambientalistas radicais deveriam se importar (ao menos instrumentalmente) com a prevenção da extinção humana. ↩
3. Os pluralistas encaram enigmas interessantes sobre como fazer trocas envolvendo *vastamente mais* do valor tipicamente menos importante. Poderiam um milhão de árvores prevalecer sobre uma única vida humana? Ou prevalecer sobre um *risco* suficientemente ínfimo de morte para uma pessoa? Não tentaremos resolver esse problema aqui, mas observe isso como um desafio importante para qualquer visão pluralista. ↩
4. Observe que uma experiência alucinatória subjetivamente indistinguível (talvez gerada por [uma máquina de experiência](#)) não parece tão impressionante. Claro, se a pessoa não se dá conta de que está alucinando, ela se sentirá igualmente impressionada. Mas podemos julgar a sua atitude valorativa como objetivamente menos justificada em tal caso do que no caso não alucinatório. ↩
5. Parfit, D. (1997). [Equality and Priority](#). *Ratio*, 10(3): 202–221. Cf. a sátira de Vonnegut, [Harrison Bergeron](#). ↩
6. Esse é um desacordo sutil, com implicações práticas limitadas, contanto que o igualitarista concorde razoavelmente que as perdas em bem-estar de nivelar-se por baixo tornam o resultado ruim *como um todo*. ↩
7. Parfit, D. (1997). [Equality and Priority](#). *Ratio*, 10(3): 202–221, p. 213. ↩
8. Os parágrafos seguintes se servem diretamente de Chappell, R.Y. (2021). [Parfit's Ethics](#). Cambridge University Press. Observe que Chappell é coautor deste site. ↩

9. Presumimos, em prol da simplicidade, que o prioritarismo se aplica ao bem-estar momentâneo em vez de ao longo da vida. Para esta última visão, a objeção deve ser ajustada para envolver comparações contrafactuais em vez de temporais. Suponha que Luana venha a ser feliz se uma moeda der cara e que ela possa adicionalmente conceder a si mesma um entre dois benefícios condicionais: um benefício maior se der cara ou um pequeno benefício se der coroa. Se benefícios importam mais para aqueles em pior situação, e ela está em pior situação se dá coroa, então a chance de 50% de um benefício menor (dependendo de dar coroa) pode ser recomendada pelo prioritarismo como melhor que a chance de 50% de um benefício maior. Mas isso não seria uma escolha prudente. Isso presume que o prioritarismo toma uma forma *ex post*. Para objeções ao prioritarismo *ex ante*, veja Gustafsson, J. (2021). [*Ex-Ante Prioritarianism Violates Sequential Ex-Ante Pareto*](#). *Utilitas*, 1-11. ↩
10. Greene, J. and Baron, J. (2001). [*Intuitions about Declining Marginal Utility*](#). *Journal of Behavioral Decision Making*, 14: 243–55. ↩
11. Cf. Greene, J. (2013). [*Moral Tribes: Emotion, Reason, and the Gap Between Us and Them*](#). New York: The Penguin Press. Chapter 10. ↩
12. Observe que essa não é uma afirmação empírica de que a felicidade teria maiores benefícios posteriores (instrumentais) para a pessoa em pior situação, digamos, trazendo-a para um estado de espírito mais positivo. Isso pode ser ou pode não ser verdade; mas se for, isso então seria levado em conta até pelos utilitaristas tradicionais. Não, os utilitaristas dos bens básicos decrescentes fazem a afirmação normativa mais radical de que a mesma quantidade de prazer inerentemente *constitui* um benefício *intrínseco* maior para a pessoa em pior situação. O prazer *em si mesmo* faz uma maior diferença no seu bem-estar, no sentido em que temos razão prudencial para preferir mais intensamente um aumento de tamanho fixo ao nosso prazer ou felicidade quando estamos em pior situação. ↩
13. Uma possível exceção poderia ser que, se você atribuísse uma prioridade *extrema* àqueles em pior situação, isso poderia levar a um despejo ineficiente de recursos sobre populações difíceis de alcançar ou difíceis de ajudar por ganhos pequenos, quando os utilitaristas antes recomendariam usar esses recursos para conseguir maiores benefícios para maiores números de pessoas (possivelmente, em situação ligeiramente melhor). ↩
14. Feldman, F. (1995). [*Adjusting utility for justice: A consequentialist reply to the objection from justice*](#). *Philosophy and Phenomenological Research*, 55(3): 567–585. Graham, P. A. (2020). [*Avoidable Harm*](#). *Philosophy and Phenomenological Research* 101(1): 175–199. ↩
15. [Jeremy Bentham](#), em contraste, atribuía um valor *intrínseco* em nada menor até “ao mais abominável dos prazeres que o mais vil dos malfeitores já colheu do seu crime”. Veja Bentham, J. (1789). Chapter 2: Principles Opposing the Principle of Utility, [*An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*](#). Bennett, J. (ed.), 2017. ↩

16. Uma visão alternativa que permitiria certa desconsideração aos animais não humanos seria a de pesar interesses proporcionalmente ao status moral do indivíduo (e manter além disso que os animais não humanos têm menor status moral). Embora [os utilitaristas já aceitem](#) que alguns animais podem ter uma capacidade maior de ter experiências conscientes que outros, essa visão alternativa antes afirmaria que até dores iguais importam menos se vivenciadas por um animal “inferior”. Mas até com uma desconsideração moderada, é improvável que os danos severos da pecuária industrial se provem justificáveis; pois certamente não deveríamos desconsiderar os animais tanto que se tornasse permissível torturá-los por diversão. ↩
17. Os egoístas éticos afirmam que você *moralmente* deveria fazer seja lá o que for melhor para si mesmo. Os egoístas racionais afirmam que você *racionalmente* deveria fazer seja lá o que for melhor para si mesmo. Mas aqui tomamos o egoísmo como a visão de que, *tudo considerado*, o que você *realmente* deveria fazer é seja lá o que for melhor para si mesmo. Essa afirmação é provável que seja endossada tanto pelos egoístas éticos como pelos racionais. ↩
18. Para a discussão clássica, veja Derek Parfit (1984). Part Two: Rationality and Time, [Reasons and Persons](#). Clarendon Press. ↩
19. Os filósofos chamam isso de uma *opção* ou *prerrogativa centrada no agente*. Veja Scheffler, S. (1994). [The Rejection of Consequentialism](#). Oxford University Press. ↩
20. Uma opção seria aceitar uma gama vaga de pesagens permissíveis, mas isso pode começar a parecer misterioso. ↩
21. Mogensen argumenta adicionalmente que considerações de longo prazo dominam basicamente *qualquer* prerrogativa pessoal de peso finito, até aquelas que inicialmente parecem extremamente imoderadas (como atribuir um peso um *milhão* de vez maior aos interesses daqueles aos quais você é parcial). Veja: Mogensen, A. (por vir). [Moral Demands and the Far Future](#). *Philosophy and Phenomenological Research*. ↩
22. P. ex., Taurek, J. (1977). [Should the numbers count?](#) *Philosophy and Public Affairs*, 6(4): 293–316. ↩
23. Até mesmo John Rawls, o pai da ética contratualista e proeminente crítico do utilitarismo, permaneceu comprometido com o aspecto central do consequencialismo, escrevendo que “todas as doutrinas éticas dignas de atenção levam em conta as consequências ao julgar a retidão. Uma que não o fizesse seria simplesmente irracional, doida”. Rawls, J. (2009). *A Theory of Justice (Revised Edition)*. Harvard University Press., p. 26. ↩
24. Uma ressalva importante: os deontologistas podem ser mais atraídos pelas [visões baseadas em pessoas afetadas da ética populacional](#), as quais poderiam resultar em atribuírem muito menos peso aos interesses das gerações futuras. ↩